

A VOZ DA REVOLUÇÃO

Nº 22

ORGÃO OFICIAL DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

MAIO - JULHO 1974

o processo da libertação é já irreversível

O processo da nossa libertação entrou já numa fase irreversível. O colonialismo português está a ser liquidado na nossa terra — destruído pela acção conjunta de todo o povo Moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo sob a direcção da FRELIMO.

Esta queda definitiva e vertiginosa do colonialismo começou quando o ultra-fascista Kaulza de Arriaga tentou ocupar as nossas zonas libertadas em 1970.

Para esse efeito ele lançou a chamada «operação Nó-Górdio». Querendo mostrar aos seus chefes, aos seus aliados imperialistas e ao mundo em geral que a sua iniciativa não podia falhar, o Kaulza revelou o número de forças que tinha envolvido na operação: 128.598 soldados e outro pessoal para-militar; 63.500 toneladas de material de guerra; todos os aviões e helicópteros disponíveis em Moçambique, os quais realizaram acções de combate durante 11.000 horas, e lançaram 1.700.000 panfletos em 3.000 horas de voo. Os barcos de guerra actuaram durante 12.000 horas durante esse período de pouco mais de 1 ano.

Mas apesar de todo esse potencial bélico o inimigo fracassou, como não podia deixar de ser. O nosso povo e combatentes infligiram às tropas colonial-fascistas portuguesas uma das mais vergonhosas derrotas jamais sofridas por eles. E a partir daí, as nossas vitórias foram-se sucedendo num ritmo crescente. Podemos dizer que essa grande ofensiva inimiga temperou decisivamente os nossos com-



batentes e povo, fez-nos tomar consciência da nossa força imensa, contra a qual todos os tanques e aviões e soldados inimigos inevitavelmente se quebravam.

Em 1972, o Comité Central da FRELIMO lançou a palavra de ordem de ofensiva generalizada em todas as frentes, em todos os sectores. Em cumprimento dessa directiva os nossos camaradas intensificaram o trabalho da produção, da educação, dos serviços de saúde, do comércio — ao mesmo tempo que desenvolviam o trabalho político e estendiam a luta armada para novas regiões.

Em Julho de 1972 abrimos a frente de Manica e Sofala. Em breve a luta atingiu o centro desta

Província paralizando a linha férrea — vital para o inimigo — que liga a Rodésia ao porto da Beira. O ano de 1974 começou precisamente com a publicação nos principais jornais do mundo das grandes operações levadas a cabo pela FRELIMO nas Províncias de Manica e Sofala e Tete. E desde essa altura até ao momento presente Moçambique e a FRELIMO não deixaram de estar na ordem do dia das principais notícias internacionais.

Em 1 de Julho deste ano recomeçámos a luta armada na Província da Zambézia. Passado cerca de 1 mês, cobrimos já mais de 1/3 desta Província, libertámos 200.000 habitantes e criámos condições para o nosso poder se estabelecer, a breve trecho, em toda a Zambézia.

Um aspecto importante a salientar, e que explica todos os nossos sucessos, é o facto de contarmos com a adesão e apoio de todos os sectores da população moçambicana — operários, camponeses, intelectuais, funcionários, pretos, brancos, mestiços, indianos, chineses — todo o povo apoia a FRELIMO e identifica-se com os seus ideais. Esta situação é o resultado da linha política correcta, popular e revolucionária, da FRELIMO, que preconiza a defesa intransigente dos interesses do povo e não admite qualquer manifestação de discriminação racial ou étnica ou regional.

Hoje os próprios soldados portugueses compreendem a natureza justa da nossa luta e dos nossos objectivos, e recusam-se a combater. São constantes os casos em que os nossos camaradas vão com a missão de atacar uma base inimiga, mas encontram os soldados portugueses dando vivas à FRELIMO. Noutros casos, principalmente no caso de soldados moçambicanos no exército colonial, eles rendem-se pura e simplesmente e passam para as fileiras da

FRELIMO. Em certas regiões as autoridades portuguesas locais pedem aos dirigentes da FRELIMO para tomarem o controle da zona. Como dissemos, tudo isto é o fruto das sementes que plantámos há 12 anos atrás; sementes que se analisam nos vários aspectos da nossa linha política correcta aliada ao nosso trabalho junto do povo, dos soldados portugueses, e dos próprios colonos.

Neste momento em que os soldados portugueses em Moçambique afirmam de maneira clara e corajosa a sua recusa de combaterem contra o nosso povo e a sua concordância com os nossos princípios e objectivos, o governo português representante da corrente democrática em Portugal deve tomar consciência de que a continuação da guerra, as mortes e sofrimentos de que ela é causa, são da sua responsabilidade única e exclusiva. Ele deve saber libertar-se da herança degradante que recebeu — o colonialismo e todo o seu cortejo de injustiças e miséria.

O governo português deve agir em concordância com a vontade do nosso povo e do seu próprio povo e dos seus soldados. Isto é: deve no mais breve tempo proceder à transferência dos poderes que ainda detém para a FRELIMO.

Até que isso aconteça a luta continua, porque o objectivo traçado pela FRELIMO no seu 1º Congresso — a independência total e completa de Moçambique — não foi ainda realizado. Só pode ser completa e total a independência de Moçambique quando a FRELIMO tiver assumido a direcção do nosso país.

Independência ou Morte,
Venceremos!

ZCZC TXF498 SR009 IS13 /LM10338/PMM1147
LISBOA 33 5 1735

PRESIDENTE SAMORA MACHEL
LUSAKA ZAMBIA

CHEGADA FINALMENTE HORA DE DIALOGO COM GOVERNO PORTUGUES
DESEJO SINCERAMENTE ENCONTREM CAMINHOS DIGNOS PAZ INDEPENDENICA
ONDE CAIBAN TODOS MOCAMBICANOS CONFORME
IDEAIS PROGRAMA FRELIMO RESPEITOSOS CUMPRIMENTOS
BISPO DE NAMPULA

'NÃO SE PERGUNTA A UM ESCRAVO SE QUER SER LIVRE'

A 11ª CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA) REUNIU-SE EM JULHO EM MOGADISHU. O NOSSO PRESIDENTE, CAMARADA SAMORA MACHEL, DISCURSANDO NA CONFERÊNCIA EXPLICOU A POSIÇÃO DA FRELIMO EM RELAÇÃO ÀS RECENTES MANOBRAS DO GOVERNO COLONIALISTA PORTUGUÊS. PUBLICAMOS AQUI EXCERTOS DA SUA INTERVENÇÃO.

Pela XI vez se reúne a augusta assembleia dos chefes de Estado e de governo da África e a ela em nome da FRELIMO e do Povo Moçambicano endereçamos os votos de maior sucesso na nossa luta comum pela liberdade, unidade e progresso do nosso continente.

Creemos que esta sessão marcará uma nova e decisiva fase na liquidação final do colonialismo português na África. Mais do que nunca são extremamente favoráveis as condições para que o nosso continente destrua a forma mais retrógrada e bárbara, mais decadente e corrupta da dominação estrangeira. Em Moçambique o trabalho político constante da FRELIMO permitiu que a nossa linha clara e justa fosse assumida, do Rovuma ao Maputo, pela totalidade do nosso Povo.

A justeza da nossa causa e do nosso combate ganhou a completa adesão das massas que vivem nas zonas ainda ocupadas militarmente pelo inimigo, como o demonstram as manifestações que continuamente têm lugar em todos os sectores urbanos.

Sem distinção alguma, moçambicanos de todas as raças e etnias, crenças religiosas e origens sociais, jovens e velhos, mulheres e homens exigem a independência nacional e afirmam a sua total identificação com os princípios e programas da FRELIMO.

É esta determinação e unidade do Povo Moçambicano, forjado na luta clandestina, nos sofrimentos e torturas, nas prisões e



O camarada Presidente falando na Conferência da OUA.

campos de concentração que tem permitido a extensão contínua da luta armada de libertação nacional.

Em 10 anos de guerra popular sob a direcção da FRELIMO, o Povo Moçambicano determinado e unido foi capaz de esmagar a agressão colonialista portuguesa. Assim, em 11 de Maio último, em Lourenço Marques no curso duma conferência de imprensa, o General Francisco da Costa Gomes, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas afirmou que «a Força Armada atingira o limite da exaustão neuro-psicológica». Esta vitória do Povo Moçambicano é antes de tudo uma vitória do combate unido da África. Ela é o resultado da luta heróica dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que de armas na mão neutralizam e destroem o exército colonial de agressão.

É justo que convosco rendamos homenagem à luta solidária dos Povos de Angola, Guiné e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Namíbia, Zimbábue, e outros países que conosco combatem pela destruição do colonialismo, do racismo e do imperialismo.

No curso das últimas semanas, o Governo colonial português tomou a iniciativa de iniciar conversações com o PAIGC e a FRELIMO, representantes autênticos e legítimos dos Povos da República da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique respectivamente.

Esta atitude é certamente positiva e responde à vontade constantemente expressa pelos nossos Povos e pela África inteira, vontade de pelo diálogo resolver-se o antagonismo fundamental que nos opõe ao colonialismo.

No entanto, para que o diálogo seja útil e não sirva apenas de encenação destinada a desmobilizar os nossos Povos e a opinião internacional, é indispensável que certos princípios fundamentais sejam respeitados.

O direito à independência total e completa e à integridade territorial não pode ser objecto de negociações. Trata-se de um direito inalienável dos Povos, que Portugal deve reconhecer sem ambiguidades ou restrições. A este nível devemos exprimir a nossa decepção perante as manobras portuguesas, visando evitar o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, Estado reconhecido pela África inteira e por 2/3 dos Estados que compõem a comunidade internacional. Sem dúvida, estas manobras mostram a falta de sinceridade e a má fé do Governo colonial português. Por outro lado, a insistência portuguesa em organizar consultas referendárias dos nossos Povos inscreve-se na mesma perspectiva.

Se esta consulta era válida quando os nossos Povos ainda não combatiam de armas na mão, ela perdeu o seu sentido no dia em que as lutas armadas começaram há 13 anos em Angola, há 11 anos na República da Guiné-Bissau e há 10 anos em Moçambique. Os sacrifícios consentidos, a firmeza e a determinação das massas no curso duma das guerras mais cruéis da história, claramente exprimiam a vontade mais profunda dos nossos Povos. No dia em que pegaram em armas, os nossos Povos autodeterminaram-se em favor da independência nacional e retomaram a iniciativa histórica que lhes fora retirada pela dominação colonial.



O Presidente da FRELIMO e o Presidente da Tanzânia, na sua chegada ao aeroporto de Mogadishu, acompanhados do Presidente Siad Barre da Somália.

Quando um Povo exprime tão claramente a sua vontade e determinação, emitir-se qualquer dúvida sobre a sua decisão, é por assim dizer, lançar um insulto para os sacrifícios consentidos e para todas as vítimas que heróicamente tombaram pela liberdade. Aliás assim o entenderam as Nações Unidas quando continuamente pediam que Portugal se engajasse em negociações com os movimentos de libertação, na base do direito à autodeterminação e à independência.

Ao reconhecer a representatividade das nossas organizações e a legitimidade da nossa luta, as Nações Unidas exprimiam a realidade introduzida pelas lutas armadas de libertação: os povos sob dominação colonial autodeterminaram-se e afirmaram o seu direito inalienável à independência. A atitude presente do Governo Português encontra-se pois em recuo em relação à realidade existente. Não se pergunta a um escravo se deseja ser livre, sobretudo após a sua revolta e muito menos quando se é proprietário de escravos. O próprio Movimento das Forças Armadas Portuguesas soube compreender esta verdade. Por isso não esperou de Marcelo Caetano um referendário; tomou o poder e criou condições para uma vida democrática real em Portugal.

Em Moçambique só a FRELIMO que destrói o colonialismo é que está em con-

dições e possui a idoneidade para estabelecer o processo democrático, como se verifica pela realidade vivida nas zonas libertadas.

Importa ainda acrescentar que, tendo no curso de 10 anos de guerra provado claramente que a nossa luta nunca definiu um Povo ou Raça como objecto do seu combate, porque o colonialismo não tem cor e o imperialismo não tem Pátria, a FRELIMO tem a capacidade política e moral para afirmar que ela garante a vida a integridade e os interesses legítimos dos cidadãos portugueses em Moçambique. O respeito destes princípios é parte da nossa linha política e não resulta, por isso, de posição táctica ou concessões. É dentro deste quadro que estamos prontos a prosseguir, como previsto, as nossas conversações com Portugal, que de acordo com o comunicado comum entre a FRELIMO e o governo português recomencarão na primeira quinzena de Julho do ano em curso em Lusaka, terra africana.

Mas para que as conversações preliminares começadas nos princípios deste mês e que recomencarão em Julho possam transformar-se em negociações; quer dizer para que Portugal no seu diálogo com a FRELIMO respeite os direitos dos Povos e das Nações à liberdade e à independência, para que respeite as aspirações do povo

moçambicano e para que respeite as aspirações da África, é preciso que Portugal:

1. Reconheça a FRELIMO como representante legítimo do Povo Moçambicano de acordo aliás com as decisões pertinentes da OUA e da ONU.
2. Reconheça o direito à independência completa do Povo Moçambicano no seu todo territorial.
3. Aceite o princípio da transferência dos poderes que ainda exerce, às instituições representativas do Povo Moçambicano; isto é, à FRELIMO.

Entramos num período decisivo do combate africano contra o colonialismo português. Pensamos nós que importa neste momento exprimir o que espera o Povo Moçambicano dos seus irmãos africanos.

A nossa guerra de libertação deve ainda continuar, o que significa que o vosso apoio material, financeiro, político, diplomático e moral é hoje mais do que nunca muito necessário, por ser decisivo.

Foi o combate do nosso Povo, apoiado pela África e a humanidade, que criou a presente crise do colonialismo. Será o prosseguimento desse combate que, aniquilando as manobras, esmagará definitivamente o colonialismo. Dizemos pois, que o banco de sangue que a África pôs à nossa disposição deve não só continuar mas desenvolver-se. Necessitamos do vosso apoio firme e maior ainda do que no passado.

O isolamento político, diplomático, económico e cultural do regime colonial português foi uma das principais armas da África no seu combate pela libertação. Porque o combate pela libertação ainda não terminou, importa que unitariamente a África imponha e reforce o isolamento de Portugal e prossiga a sua luta para forçar os aliados de Portugal a cessarem o apoio ao colonialismo português.

Qualquer hesitação nossa a este nível só poderá favorecer as manobras do inimigo.

Batido na frente armada, o inimigo procura reconquistar as suas posições através de manobras nas frentes política e diplomática. A África inteira deve engajar-se numa batalha séria para desmascarar e neutralizar todas as manobras inimigas.

Para destruímos as manobras colonialistas e a ofensiva imperialista devemos adoptar uma estratégia dinâmica e operativa.

A nossa vigilância e unidade são mais do que nunca as armas que, arrancando a camuflagem sobre a face do inimigo, porão a nu as suas manobras e permitirão que as reconhecamos eficazmente.



Comunicado de Guerra

Manica e Sofala

Nos últimos meses em Manica e Sofala, a FRELIMO levou a cabo ataques contra 14 posições inimigas e várias operações de emboscada e sabotagem nas regiões de Vila Pery, Vila Gouveia e Inhamitanga. Nestas acções foram postos fora de acção cerca de 67 soldados inimigos, e foi destruído um comboio de oito vagões, assim como duas pontes, várias casas e material.

ataques

No dia 22 de Março as forças da FRELIMO atacaram o campo de concentração de Nhamasonhe, na região de Mandie, tendo morto 5 soldados inimigos e libertado quase todas as pessoas presas naquele campo.

Outros ataques foram levados a cabo nos aquartelamentos Bunje (zona de Mandie), Nhatsalala (Macossa), Mpungo, Mukonambira, Towe, Bucha e Mucoza (Gorongosa), Sena, Maringue, Nhatibarunvu (Mungari), Mafamba, Cagole (Vila Gouveia). Os camaradas atacaram também a serração do explorador Jorge da Silva Barros, perto de Vila Fontes, destruindo uma casa, uma garagem, um motor, um depósito de gasolina e 3 máquinas de cortar madeira.

emboscadas e sabotagem

Os nossos camaradas mataram 12 soldados inimigos na estrada internacional para

o Malawi; destruíram também uma locomotiva e 8 vagões transportando carvão de Inhamitanga a Muanza.

Entre Janeiro e Julho as nossas forças levaram a cabo muitas acções de sabotagem e emboscada, principalmente nas estradas Vila Gouveia-Guro, Vila Gouveia-Vila Pery, Maringue-Canxixe. Foram postos fora de acção cerca de 50 soldados inimigos. Ficaram destruídas pontes sobre os rios Inhamitanga e Nhamago.

Entre outro material capturámos 16 espingardas 'Mauser' e 166 carregadores.

Tete

Durante os meses de Maio, Junho e Julho as forças da FRELIMO abateram quatro aviões, atacaram 12 aquartelamentos e campos de concentração e realizaram várias emboscadas e acções de sabotagem. Muitos moçambicanos foram libertados, cerca de 30 casas ficaram seriamente danificadas, 10 veículos militares foram destruídos e foram mortos mais de 100 soldados inimigos.

aviões abatidos

No dia 4 de Maio os nossos camaradas abateram dois aviões FIAT G-91 que bombardeavam a zona de Doela, distrito de Zumbo.

No dia 17 de Junho abatemos um helicóptero em Thundui, na zona de Nsen-

guezi, que foi cair no rio Zambeze.

Nos dias 19 e 21 de Julho as nossas forças abateram 2 aviões DORNIER em missão de reconhecimento na região de Mphonda.

ataques

No dia 21 de Maio os nossos combatentes assaltaram o campo de concentração de Chitambe, tendo destruído dez casas e libertado todos os prisioneiros, assim forçando o inimigo a abandonar este campo.

No dia 25 de Junho as forças da FRELIMO realizaram um ataque contra o quartel de Caldas Xavier. Muitos moçambicanos foram libertados, 9 soldados inimigos foram mortos, 6 casas, 4 carros e um tanque de água destruídos.

No dia 8 de Julho, num ataque de artilharia contra o quartel de Zambwe os nossos camaradas mataram muitos soldados inimigos e destruíram 10 casas.

Atacámos também os aquartelamentos de Chibwea, Hamade, Manje, Amewa, Mkanha, Mikunga, Ntawa, Chinthire, Chiputo e Caldas Xavier.

emboscadas e sabotagem

As nossas operações de emboscada e sabotagem nos meses de Maio, Junho e Julho incidiram principalmente nas estradas Fingoe-Kaunga, Ndanda-Zobwe, Kaplantsi-Chioco, Tete Furancungo, na estrada internacional e na linha férrea Beira-Moatize, assim como nos arredores de Hamade e Nande.

Na estrada Beira-Moatize destruímos 5 camiões e um tractor, na linha férrea Beira-Moatize fizemos explodir um comboio no mesmo período.

No dia 14 de Maio um grupo inimigo vindo de Mikunga caiu na nossa emboscada na linha férrea Beira-Moatize. Foram mortos 4 soldados portugueses.

No dia 21 de Maio, na região de Nhangoma, as nossas forças atacaram e destruíram 2 carros militares matando 7 soldados inimigos e ferindo 10. No mesmo dia uma patrulha inimiga na linha férrea Beira-Moatize caiu na emboscada dos nossos camaradas e deixou 5 mortos.

No dia 27 de Maio os nossos camaradas mataram 5 soldados inimigos numa emboscada que se realizou entre Nhangoma e Miciiti.

No dia 6 de Junho militantes da FRELIMO realizaram uma emboscada de assalto na estrada internacional, contra uma coluna que se dirigia de Casa Mosca a Kanchawere. Um carro ficou totalmente

destruído e foram mortos 10 soldados inimigos. Capturámos duas espingardas automáticas G-3.

No dia 27 de Junho combatentes da FRELIMO realizaram uma acção de emboscada contra uma viatura militar na zona de Mukumbura. Foram mortos 5 soldados inimigos e feridos 8.

Niassa

Entre os dias 29 de Maio e 21 de Julho a FRELIMO realizou vários ataques contra aquartelamentos, e muitas emboscadas e acções de sabotagem. A nossa actividade foi de tal intensidade que o inimigo foi forçado a abandonar o posto de Lulimbo, deixando 16 casas, 59 camas, documentos e outro material.

ataques

As nossas forças atacaram os postos, quartéis e aldeamentos de Matenje, Chipesague, Machomane, Maniamba, e Nova Coimbra.

No dia 29 de Maio a FRELIMO atacou e assaltou o posto de Chipezague (situado a 60 quilómetros de Vila Cabral), onde estava aquartelada uma unidade de Grupos Especiais com a missão de proteger o alcatroamento da estrada Vila Cabral - Maniamba e controlar o campo de concentração. Foram libertados 20 elementos da população e capturados 2 soldados. Entre o material capturado contam-se 3 espingardas 'Mauser' e uma pistola automática 'Walther'.

No ataque à sede militar de Nova Coimbra, em 26 de Junho, foram destruídas quase todas as casas e morreram muitos soldados inimigos. No dia seguinte foram precisos 5 camiões para recolher os cadáveres. Nesse mesmo dia, elementos da população do campo de concentração vieram juntar-se à FRELIMO.

As nossas forças atacaram o quartel e administração de Maniamba, no dia 10 de Julho. A guarnição (2 companhias) incluía G.E.s e O.P.V.s. Havia mais de 40 casas de cimento e tijolos, um abrigo colectivo, arame farpado, posições de morteiros de 81 milímetros e metralhadoras nos cinco postos de sentinela. Este aquartelamento ficou em grande parte destruído.

emboscadas e sabotagem

As nossas emboscadas e acções de sabotagem deram-se principalmente nas estradas Maniamba-Nova Coimbra, Vila Cabral-Macalogo, Macalogo-Unango, Nova Coimbra-Lunho.



Bilhete de identidade encontrado no corpo de um piloto rodesiano cujo avião foi abatido pela FRELIMO em 14 de Abril de 1974.

No dia 10 de Julho uma nossa mina destruiu completamente um camião militar e matou todos os seus ocupantes, na estrada Nova Coimbra-Lunho. Um tractor que vinha socorrer a situação foi destruído na estrada Chizomela-Lunho por uma outra mina anti-tanque.

No dia 15 de Julho destruímos uma extensão de 1.200 metros da linha férrea entre o rio Luchinwa e Nova Freixo. No mesmo dia uma coluna de carros enviada para o local da acção caiu nas nossas minas. O carro da frente ficou destruído, tendo morrido 8 soldados e ficado feridos 12.

Nestas e noutras acções os nossos camaradas libertaram 60 moçambicanos, puseram fora de acção mais de 40 soldados portugueses, destruíram 6 veículos militares, 2 pontes, 3.200 metros de linha férrea e 2.000 metros de linha telefónica, capturaram 4 soldados inimigos e, entre outro material, 6 espingardas de repetição e uma pistola 'Walther'.

Cabo Delgado

Durante os meses de Abril, Maio, Junho e Julho as nossas forças levaram a cabo muitos ataques contra aquartelamentos e várias acções de emboscada e sabotagem, que causaram pesadas baixas no seio do inimigo. Nestas acções foram libertados 198 moçambicanos, foram destruídos 40 veículos militares e capturadas 24 espingardas, 2 pistolas, 1 morteiro e mais material:

ataques

Durante os meses de Abril a Julho os nossos camaradas realizaram ataques contra muitos aquartelamentos - Nangololo,

Diaa, Chivalo, Mavideni (Nikita), Mueda, Nkomangano, Nakatar, Mpichi, Nandwawa, Thoma, Nchichai, N'gapa, Namendo, Limwata, Nheca, Omar, Moçimboa do Rovuma, Jakaiya, Nikokwe, Minhegane, Umunguru, Sagal, Nankatomba, Quinhentati, Namaneko.

As nossas forças atacaram o posto de Diaa no dia 1 de Maio. Uma parte do posto ficou destruído e morreu um grande número de soldados inimigos. No mesmo dia um carro de uma coluna que se dirigia a Chivalo caiu na nossa mina ficando totalmente destruído.

No assalto ao campo de concentração de Quinhentati Namaneko, no dia 3 de Julho, os camaradas libertaram 27 moçambicanos, capturaram 1 morteiro pequeno, 2 espingardas automáticas e oito de repetição, 2 pistolas, 1 máquina de costura e 1 motor de electricidade.

No assalto ao campo de concentração de Mavideni (Nikita) os camaradas libertaram 17 moçambicanos e capturaram 2 armas de repetição, 2 rádios receptores, 3 máquinas de costura, 10 bicicletas além de outro material.

emboscadas e sabotagem

No dia 10 de Julho 4 carros foram seriamente danificados pelas nossas minas, na estrada Namocha Ancuabe. No mesmo dia, na estrada Inyankoma Cuero as nossas minas destruíram 2 carros. Foram postos fora de acção muitos soldados inimigos. Estas nossas acções resultaram também na libertação de 154 moçambicanos, e a destruição de 40 veículos e 24 pontes. Capturámos também 2 soldados inimigos e grande quantidade de material, incluindo 12 espingardas de repetição e 4 bicicletas.

«Soldados da FRELIMO tomam a primeira cidade».

Lourenço Marques, Sábado — Combatentes africanos içaram ontem a bandeira da FRELIMO numa cidade no centro de Moçambique, obrigando a retirada de tropas portuguesas e colonos. Esta é a primeira conquista deste tipo em onze anos de guerra, revelaram fontes militares.

Num ataque violento de foguetes e armas automáticas, durante três dias, contra a cidade de Morrumbala, a norte do rio Zambeze e perto da fronteira com o Malawi, as tropas portuguesas foram expulsas. Dezenas de famílias de colonos fugiram e as autoridades portuguesas levaram a cabo uma grande operação de evacuação aérea dos restantes habitantes da cidade, informaram as mesmas fontes militares.

Esta derrota dos portugueses veio um dia depois de três unidades diferentes do exército português de 70.000 homens se terem recusado a continuar a combater, tendo enviado uma delegação ao comando regional da Beira para exigir o aceleração das negociações com a FRELIMO e dizer aos oficiais que os soldados querem voltar para casa.

Na quinta-feira fontes militares informaram que um batalhão português se tinha recusado a combater na região fronteiriça perto da Rodésia e noutras zonas operacionais ao norte.

«Daily Nation», Quênia,
14 de Julho

O correspondente em Lourenço Marques do 'Sunday Times' de Johannesburg revelou que chegaram em fins de Junho a Moçambique vindos de Portugal 30 aviões de combate, além de 20 pilotos e um grande número de comandos, estes últimos vestidos à civil e com destino à Beira.

«Het Parool», Holanda,
1 de Julho de 1974

«FRELIMO: Apelo por um armistício».

Lço. Marques, 20 — (AFP) Um grupo de oficiais portugueses a operar no norte de Moçambique, alguns dos quais afirmam ter participado no golpe de 25 de Abril, lançaram um apelo para a instauração de um cessar fogo que seria seguido por novas negociações em Lusaka com os dirigentes da FRELIMO.

Este apelo vem contido numa circular dirigida a todas as unidades militares, aos jornais e rádio assim como ao novo governador geral de Moçambique.

O grupo de oficiais espera igualmente que se estabeleçam

contactos directos entre os guerrilheiros da FRELIMO e membros das forças armadas, para se chegar a um cessar fogo em Moçambique e prepararem-se novas conversações de paz.

«Journal de Genève»,
21 de Junho

Uma reunião pública organizada no fim da semana passada nos subúrbios de Tete pelo comité local do Movimento das Forças Armadas para explicar o seu programa, acabou com gritos de «Viva a FRELIMO!» Anteriormente, depois da explicação dos pormenores do programa do Movi-

mento das Forças Armadas, algumas pessoas sugeriram que fossem enviados para Portugal os homens da PIDE-DGS em Tete, para evitar que fossem maltratados pelo Povo que tinha sido vítima deles.

Rádio Clube de Moçambique,
18 de Junho, 1974

População portuguesa diminui:

O cálculo do Instituto Nacional de Estatística revela que desde o recenseamento de 1970 até meados de 1972 a população de Portugal diminuiu de 8,66 milhões para 8,59 milhões de habitantes.

CAPTURA DO POSTO DE NAMATIL

No dia 1 de Agosto, as 5:30 da manhã, as forças da FRELIMO lançaram um ataque contra o posto de Namatil na Província de Cabo Delgado. Depois dos primeiros tiros a guarnição inimiga — composta por 90 soldados europeus e 47 moçambicanos, rendeu-se e os nossos camaradas ocuparam o posto. A operação realizou-se sem nenhum derramamento de sangue. Todos os 137 soldados inimigos encontram-se nas nossas mãos. São chefiados por 2 alferes e 9 sargentos. Capturámos todo o material que havia na base e estamos a utilizar os seus camiões para o transporte. A nossa bandeira flutua no posto de Namatil.



Um aspecto da manifestação popular em apoio da FRELIMO em Lourenço Marques no dia 4 de Agosto de 1974, que reuniu mais de 30.000 pessoas.

ZAMBÉZIA: MAIS UMA PROVÍNCIA EM LUTA

Por ocasião do recomeço da luta armada de libertação nacional na Província da Zambézia o Presidente da FRELIMO, camarada Samora Machel, dirigiu uma mensagem aos combatentes e povo moçambicano, na qual situa a nova frente no contexto estratégico e político de Moçambique.

Camaradas,
Compatriotas,

Confrontado com a recusa sistemática e brutal do colonialismo português em aceitar o direito inalienável à independência nacional, o Povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, em 25 de Setembro de 1964 pegou em armas para conquistar a liberdade da Pátria.

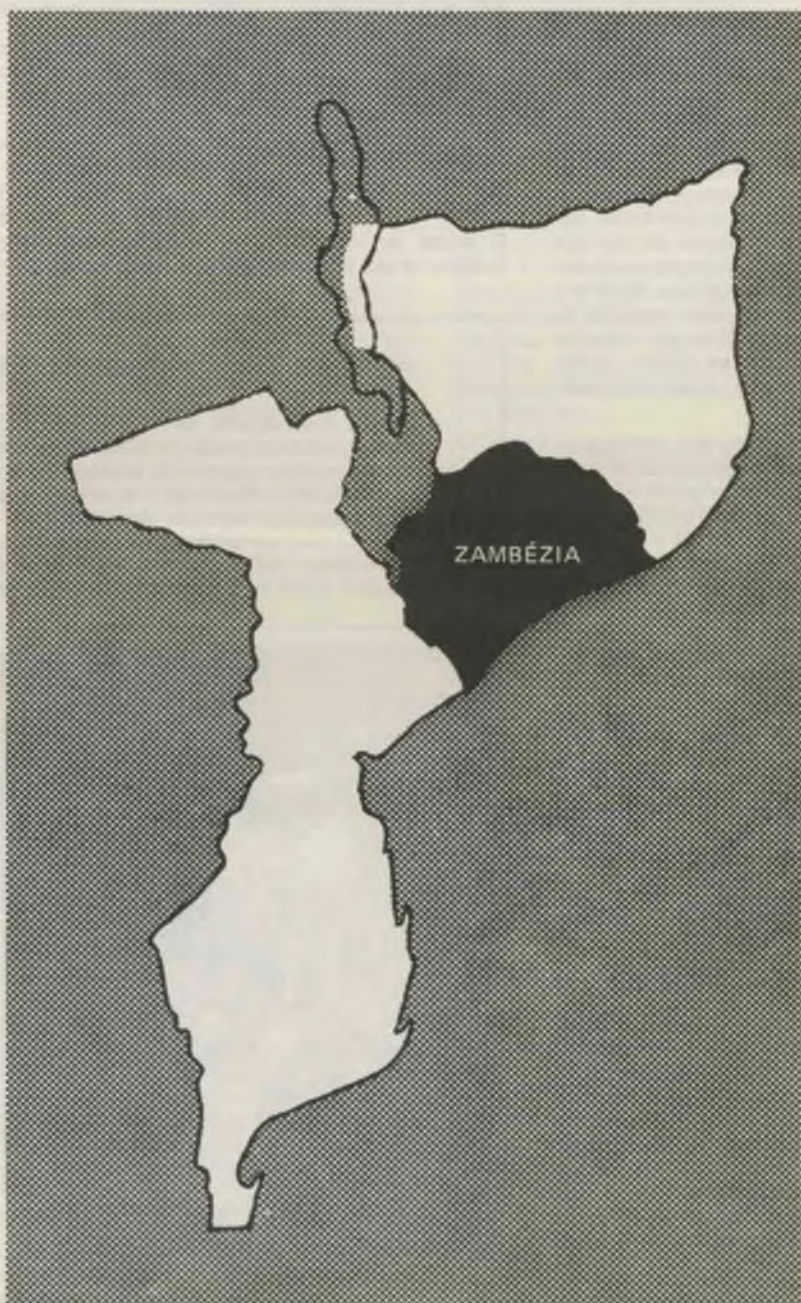
Esta passagem da resistência nacional à fase superior da luta armada é o resultado da unidade do Povo, que sob a bandeira da FRELIMO iniciou o processo que iria permitir-lhe retomar em suas mãos o seu destino.

Desencadeada a luta armada nela se engajaram moçambicanos vindos de todas as províncias do nosso País, demonstrando assim claramente a adesão popular aos objectivos e métodos da conquista da independência nacional. Simultaneamente nas zonas ocupadas, nos perigos e rigores da clandestinidade, militantes com tenacidade preparavam a extensão da luta.

A luta armada começou nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Zambézia, com grandes vitórias para o povo em armas.

Contudo razões logísticas levaram à suspensão dos combates em Tete e na Zambézia, ficando estes centrados em Cabo Delgado e Niassa durante o período de 1964 a 1968.

Contra estas duas províncias concentrou-se o essencial da força inimiga. Nenhum



crime, nenhum terrorismo, nenhum massacre foram poupados às populações heróicas destas duas frentes.

Assumindo a missão que a História lhes confiara, incarnando a dimensão nacional do seu combate, os militantes e as massas sustentaram o embate inimigo e progressivamente foram neutralizando e destruindo as forças colonialistas, transformando assim as suas províncias em bases de apoio para a extensão da guerra popular.

As nossas armas, porque empunhadas pela determinação do Povo e orientadas pela linha correcta da FRELIMO, libertaram a terra e libertaram os homens.

Estavam assim criadas as condições para que se organizasse a produção dos bens materiais e se instalassem as estruturas do Poder. Uma outra luta começa então, exprimindo a oposição entre os interesses das largas massas laboriosas e os apetites de um punhado de novos exploradores, que encabeçados pelo grupo Kavandame, Simango, Gwenjere, propunham-se substituir-se aos colonialistas.

Neste combate se forjou a nossa linha, aprofundando a nossa definição correcta do inimigo e fazendo-nos apreender as dimensões e objectivos reais das aspirações populares.

Temperados pelo combate político e armado travado em Cabo Delgado e Niassa, e devido ao trabalho de mobilização e organização clandestina das massas, em Março de 1968 foi-nos possível estender a guerra popular à Província de Tete.

Esta extensão da luta levou-nos pela primeira vez a uma confrontação directa com os interesses imperialistas no nosso País.

Como reacção o inimigo intensificou as suas manobras subversivas, agora mais insidiosas e pérfidas, e desenvolveu formas mais bárbaras e desesperadas de agressão.

Mas estas manobras e agressões fracassaram.

A FRELIMO, temperada pelo combate similar que tivera lugar em Cabo Delgado e Niassa, conduziu as massas e militantes a assumirem a natureza dos seus interesses. A luta armada enraizou-se pois em Tete, as forças reacçãoárias foram politicamente aniquiladas.

Em consequência deste processo global nas três frentes, em 1970 opera-se definitivamente a transformação da luta de libertação nacional em revolução democrática popular.

É esta vitória do combate político das massas laboriosas que nos permite simultaneamente esmagar a poderosa ofensiva "Nó Górdio" e estender a luta armada

para o sul do Zambeze, vencendo a barreira de força que o inimigo pretendia instalar ao longo do rio.

As derrotas sucessivas sofridas pelas forças militares do colonialismo português, apoiadas pelos exércitos racistas, levaram o inimigo a sistematizar o programa de deportação das populações para campos de concentração, ao mesmo tempo que, para intimidar as populações e aliená-las da luta, generalizou a campanha de terrorismo e massacres.

Em vão. Os campos de concentração que deveriam servir o bloqueio da luta tornam-se em centros de insurreição contra a dominação colonial. A repressão que se abate sobre os centros urbanos, longe de intimidar as massas, engaja-as mais activamente ainda na luta pela libertação da Pátria.

A luta cobriu toda a Província e esta transformou-se na ponte que conduziu a guerra popular para novas regiões.

Em Julho de 1972 o combate libertador é desencadeado na Província de Manica e Sofala, ponto sensível do dispositivo económico e estratégico da dominação estrangeira sobre o nosso País.

A exploração desumana e a repressão brutal existentes na Província explicam a rapidez com que as operações se alastram, cedo atingindo os principais centros de Manica e Sofala e conduzindo à paralização dos meios de comunicação estratégico-económicos.

Estas vitórias comprovam uma vez mais a realidade de que a FRELIMO é o Povo moçambicano em armas, a expressão inquebrantável da decisão do nosso Povo

inteiro em conquistar a sua independência total e completa.

Materializando esta vontade do nosso Povo e aplicando o princípio estratégico traçado desde 1964 de generalizar o combate em todo o País, acabamos de abrir uma nova frente.

No dia 1 de Julho de 1974, as nossas forças desencadearam a luta armada de libertação nacional na Província da Zambézia.

As primeiras operações, realizadas contra colunas e postos militares, resultaram em grande quantidade de material de guerra inimigo destruído ou capturado.

Nas zonas em que a luta se iniciou, as populações que tinham sido armadas pelos colonialistas para se oporem à FRELIMO, voltaram o cano das suas armas contra as tropas ocupantes.

Repudiando a máscara democrática com que o colonialismo hoje pretende cobrir a opressão, a humilhação, a exploração e os massacres, o povo moçambicano demonstra uma vez mais a sua unidade e determinação de conquistar a independência nacional.

As manobras colonialistas na Província da Zambézia para semearem o regionalismo e o tribalismo, para criarem forças políticas e militares fantoches dirigidas por notórios agentes da PIDE, para provocarem afrontamentos raciais, estão agora totalmente condenadas ao fracasso.

Com o começo da luta na Província da Zambézia opera-se o processo da libertação da terra e dos homens, da implantação das liberdades democráticas e da

COMUNICADO DE GUERRA — ZAMBÉZIA

10.7.74 — Atacámos o aldeamento de Gopani, entre Mague e Chire, tendo libertado 4.000 elementos da população e capturado 9 armas, granadas, munições, 6 rádios receptores e 1 soldado da O.P.V.

10.7.74 — Nossos camaradas atacaram dois carros militares na estrada Morrumbala — Quelimane na zona de Matondo. Resultado dez soldados inimigos mortos e vários feridos. No mesmo dia cercámos a vila de Morrumbala cortando todas as vias de comunicação. As nossas acções obrigaram o inimigo a abandonar os postos Mulelemba e Marrundo na zona de Morrumbala.

17.7.74 — Um carro civil que transportava soldados das lojas de Marrundo para Morrumbala caiu na nossa mina. Resultado dezassete soldados inimigos mortos o condutor gravemente ferido e o carro totalmente destruído.

instauração do poder popular numa nova região do nosso país.

A Província da Zambézia, com uma superfície superior a 100.000Km² e uma população que avizinha os dois milhões de habitantes, ocupa um lugar privilegiado no dispositivo estratégico do inimigo. Sendo uma das Províncias centrais do nosso país, ela estabelece a ligação entre o norte e o sul de Moçambique e constitui a plataforma de comunicação entre a zona ocidental e o mar.

Da Zambézia partiam os homens para o estrangeiro, para a escravatura das minas sul-africanas e plantações. As grandes companhias coloniais de copra, açúcar, sizal, chá, submetiam as massas a uma exploração bárbara. O subsolo da Província, rico em berilo, tantalite, bismuto, as potencialidades de hidrocarburetos da sua plataforma continental e o valor da sua fauna marítima, tinham já atraído os grandes interesses multi-nacionais desejosos de pilharem as nossas riquezas e explorarem o nosso trabalho.

Em mais uma província do nosso país foi acesa a chama da liberdade com a bandeira da FRELIMO que flutua já nos picos mais altos. Inexoravelmente se desencadeia o processo da abolição dos impostos coloniais, da destruição da dominação das companhias, da libertação da sujeição a uma administração opressora, estrangeira e humilhante. A iniciativa criadora das massas, desembaraçada do colonialismo e tradição, conduzirá à implantação do poder popular, retomando elas assim o controle do seu destino histórico.

Com a abertura de uma nova frente e a derrota sofrida pelo colonialismo, atica-se o seu ódio contra as massas populares. Veremos pois intensificada a agressão ideológica e militar contra as conquistas do nosso povo.

O colonialismo sempre definiu como seu alvo principal a unidade do povo moçambicano, materializada na FRELIMO.

O tribalismo, o regionalismo, e o racismo são os instrumentos essenciais desta acção divisionista.

Ao mesmo tempo que os colonialistas fomentam o tribalismo e o regionalismo, eles procuram convencer-nos de que a sua presença é a única garantia contra os conflitos tribais e regionais. Enquanto forças por eles armadas tentam por todos os meios desencadear um afrontamento racial, os porta-vozes colonialistas esforçam-se por demonstrar que sem o colonialismo Moçambique estaria condenado a um banho de sangue entre negros e brancos. As forças que planeiam camuflar a guerra colonial imperialista de agressão

em guerra civil, afirmam-se como a defesa contra uma "congolização" da nossa Pátria.

Mascarado de democrata e humano, o colonialismo da opressão, da humilhação, da exploração e dos massacres, como no passado só tem um objectivo: perpetuar a sua dominação para nos pilhar as nossas riquezas e nos explorar no nosso trabalho.

Às manobras e crimes do inimigo, à sua agressão, como sempre, temos que opôr a consolidação horizontal e vertical da nossa luta.

Consolidar verticalmente a luta consiste em enraizarmos a nossa linha política no seio das massas, fazer da nossa ideologia a força material imensa que transforma a sociedade. Isto exige a implantação das estruturas democráticas do poder popular que materializam os interesses das largas massas laboriosas do nosso povo. Em última análise, trata-se de popularizar a nossa linha, democratizar os métodos de trabalho e colectivizar a direcção.

A consolidação horizontal, ou seja a extensão da luta, em todas as suas formas, a todos os sectores, é a condição indispensável para a generalização da ofensiva. Trata-se não somente de estender e intensificar a luta armada, mas também de estender e intensificar o combate ideológico, o combate da reconstrução nacional nas frentes da produção e da educação, da cultura e da assistência sanitária e social.

É o enraizamento da linha, a instauração do poder popular, são as conquistas das massas nas frentes política, económica e social que tornam irreversível o processo da libertação nacional e instalam as bases da democracia autêntica. São estas vitórias que transformam as nossas zonas em baluartes irredutíveis a todas as agressões inimigas, em verdadeiros centros de inspiração para o combate das massas nas zonas ainda ocupadas.

Porque o nosso combate é popular, porque ele é justo, porque soubemos definir correctamente o nosso alvo, a luta de libertação do Povo Moçambicano e dos povos irmãos de Angola, e da Guiné-Bissau provocou a derrocada do fascismo em Portugal. Esta é uma vitória da nossa solidariedade para com o Povo português nosso aliado de sempre na luta contra o colonialismo e o fascismo.

Se no entanto o fascismo caíu em Portugal e aí a democracia dá os seus primeiros passos, importa no entanto sublinhar que o colonialismo continua, a agressão colonial continua.

Ao começar a luta há dez anos atrás, a

FRELIMO proclamou solenemente que o nosso combate só cessaria com a liquidação do colonialismo português.

O governo português, se sinceramente deseja restabelecer a Paz e engajar-se na via que conduzirá ao estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre os nossos países, deverá aceitar as bases para a solução do conflito que opõe a totalidade do povo moçambicano ao colonialismo português, e reconhecer que a paz é inseparável da Independência Nacional.

A vitória que acabamos de alcançar com o recomeço da luta armada na Província da Zambézia é o resultado do esforço unido do nosso Povo para conquistar a sua independência nacional, vitória dos sacrifícios e do sangue dos moçambicanos e moçambicanas que, de armas na mão, ou no trabalho clandestino, fazem nascer a Pátria livre.

Esta nova vitória é também o produto da grande corrente internacional de apoio à nossa luta. Vitória para os povos irmãos da Tanzania e da Zambia e para o grande Movimento da Unidade Africana. Vitória do apoio exemplar dos nossos aliados naturais, os países socialistas. Vitória do apoio das forças democráticas e anti-colonialistas que souberam compreender que o nosso combate se identificava ao combate da humanidade inteira por uma nova sociedade.

Neste momento exaltante da nossa história, em que um passo decisivo acaba de ser dado no caminho da nossa independência total, a FRELIMO dirige uma saudação especial à população e aos combatentes que, na Zambézia, interiorizando os princípios, os objectivos e a estratégia da FRELIMO, iniciam agora o processo da libertação. Saudamos também os nossos camaradas da Província de Tete, que assumindo a dimensão nacional da nossa luta, aceitaram grandes esforços e sacrifícios para que o combate fosse transportado para uma nova Província. Saudamos finalmente todo o nosso povo, cuja unidade, determinação e sentido de vigilância construiu mais esta grande vitória.

Viva o Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo!

Viva a Independência Nacional.

Viva o Recomeço da Luta Armada de Libertação Nacional na Província da Zambézia.

Independência ou Morte
Venceremos.



A delegação soviética com militantes da FRELIMO em Moçambique

«Vocês vão mesmo para as zonas libertadas de Moçambique?» Foi com interesse, admiração e até com inveja que os nossos amigos em Moscovo nos faziam esta pergunta, durante os nossos preparativos para a viagem.

E eis-nos num campo da FRELIMO de onde vai começar a nossa marcha.

Há dez anos que as mulheres do nosso país mantêm laços de amizade com as mulheres moçambicanas; é com grande simpatia que acompanham a luta do povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO, contra o colonialismo português. Mas nunca tinham tido um encontro em Moçambique.

Durante a nossa marcha encontrámo-nos com mulheres e raparigas em campos militares, em centros administrativos, em hospitais, infantários, escolas e machambas do povo. Vimos como auxiliam generosamente os feridos, como dão o seu afecto a crianças órfãs, como não poupam esforços para abastecer o exército com alimentação.

De vez em quando cruzávamos com longas filas de mulheres com fardos na cabeça que marcham milhas e milhas à chuva ou ao sol ardente, transportando alimentação, munições, roupa e medicamentos para os avanços. E que beleza e ritmo na sua marcha! Depois de muitas horas de marcha o seu corpo ainda está direito, o seu andar ainda é ligeiro. Nem um sinal

de fadiga. E quando cai a noite cantam alegremente.

A vida é dura nas zonas libertadas. Mas a maior e constante preocupação é com as crianças e parentes. À noite, depois de longas marchas, ouvimos muitas histórias trágicas das nossas amigas. Pais encarcerados por terem tido contacto com a FRELIMO, maridos ou irmãos mortos em acção ou capturados. Não há uma única família que não tenha conhecido a crueldade dos colonialistas portugueses.

A luta e o trabalho fazem suportar o sofrimento pessoal. Dez anos de luta armada transformaram em resolutas combatentes da FRELIMO muitas mulheres moçambicanas que durante séculos se submetem à opressão colonial e familiar.

Em encontros de mulheres assim como em reuniões públicas ouvimos discursos de responsáveis da OMM. Eram intervenções tão inspiradas, explicações tão claras da linha política do Partido, dos objectivos da luta! Foi uma alegria vermos que apesar da OMM ser ainda nova, os seus membros são activos e enérgicos.

A FRELIMO e, sob a sua direcção, a Organização da Mulher Moçambicana, estão a empreender um grande trabalho no seio das mulheres. Mas o processo de libertação é sempre longo e árduo. É difícil vencer a passividade tradicional da mulher, assim como custa remodelar a mentalidade do homem, que cresceu con-

A REVOLUÇÃO FORMA A NOVA MULHER

Esteve em Maio, de visita a Cabo Delgado, uma delegação do Comité das Mulheres da União Soviética composta por Alexandra Marsakova, Chefe da Delegação, Nina Korovina e Tatiana Oskolkova. No seu regresso fizeram o relatório que a seguir publicamos:

vencido de que a mulher só é capaz de produzir filhos e trabalhar nos campos. Sentimos em várias ocasiões que a timidez e a falta de auto-confiança impediam o avanço da mulher.

Mas por outro lado é evidente que dia a dia este processo vai ganhando terreno. Em Moçambique estivemos com dirigentes experientes e soldados, marchámos com eles, comemos com eles e descansámos com eles. Daquilo que vimos, da maneira como as mulheres falavam e cumpriam as suas missões, das suas relações de camaradagem com os homens, era óbvio que muitos obstáculos tinham sido vencidos, que nas zonas libertadas está-se a processar uma revolução da mentalidade e das relações humanas, não só em palavras, mas na prática.

As mulheres trabalham generosamente e com grande devoção à sua causa. E o que vimos em Moçambique, tão distante da União Soviética, lembrou-nos a história do nosso país. Os nossos países situam-se em partes diferentes do globo e estão em fases diferentes de desenvolvimento social e económico. Mesmo assim houve tempos em que o nosso partido e as nossas mulheres enfrentavam problemas parecidos com os que estão agora a ser resolvidos pelo povo moçambicano.

Hoje as mulheres soviéticas têm direitos e deveres iguais aos dos homens. São activas no governo, trabalham como mé-

dicas, advogadas, professoras, engenheiras. Mas isto não aconteceu de um dia para o outro.

Em reuniões com mulheres e em reuniões públicas nós descrevemos a experiência do povo soviético que há 57 anos foi o primeiro a desencadear a revolução socialista. Explicamos que antes da revolução a mulher era uma criatura sem valor e sem direitos. Falámos do trabalho massivo levado a cabo pelo Partido em todo o país, para combater o analfabetismo e integrar a mulher na vida política. Falámos do papel que as mulheres desempenharam na Revolução e na luta contra o fascismo alemão que desencadeou uma guerra contra a União Soviética, numa tentativa de escravizar o nosso povo. Falámos das mulheres que lutaram no exército regular e nas unidades de guerrilha durante a guerra, falámos do seu trabalho em fábricas e machambas para produzir a infinidade de artigos necessitados pelo exército. Descrevemos como as mulheres choravam os soldados que tinham tombado, e como reconstruíam cidades e vilas em ruínas, depois da vitória.

O nosso povo conhece perfeitamente a luta pela liberdade e independência e o alto preço de cada vitória. Por isso o povo soviético toma a peito a luta do povo moçambicano contra o colonialismo português e apoia-o nesta luta, de todas as maneiras.

A nossa estadia em Moçambique foi breve, mas os nossos hospedeiros mostraram-nos tudo quanto foi possível. Mas quem mais nos impressionou foram as crianças. É este mais um sector da frente em que a luta é deveras dura. Nas escolas há falta de cadernos e lápis, de roupa e calçado. Mas mesmo assim há milhares de rapazes e raparigas nas escolas aprendendo o ABC da revolução juntamente com o alfabeto.

Os dias que passámos nas zonas libertadas foram difíceis e maravilhosos. Nunca mais esqueceremos as montanhas florestadas, vermelhas ao sol poente, e o capim abundante, espesso e alto para melhor camuflar a longa fila de combatentes em marcha...

E certamente não nos vamos esquecer dos nossos companheiros de marcha, o destacamento que nos acompanhou pelas picadas da guerrilha. Era constituído por jovens combatentes da FRELIMO que nos deixaram admiradas pela sua tenacidade, disciplina e rápida execução de ordens.

Ataques aéreos dos Portugueses e o estrondo da artilharia lembravam-nos constantemente que estávamos num país em guerra. Mas a coragem calma dos nossos companheiros fazia-nos sentir seguras.



O jornalista sueco Anders Johansson, durante a sua visita a Cabo Delgado no mês de Junho. Seguem-se as suas impressões:

'O PROGRESSO É EVIDENTE'

Enquanto o novo governo «esquerdista-liberal» em Lisboa fala de direitos humanos em Portugal e paz em África, os seus comandantes militares em Moçambique bombardeiam e matam populações nas zonas libertadas de Cabo Delgado. Aliás os próprios comandantes portugueses confessam que a sua força aérea leva a cabo uma ofensiva como reacção contra os sucessos operacionais da FRELIMO. Quase todos os dias, durante uma marcha de duas semanas com guerrilheiros da FRELIMO entre Mueda e Nangade, eu ouvi o ruído de bombardeamentos aéreos dos portugueses e vi elementos da população feridos a serem transportados para os hospitais da FRELIMO.

Assim, como seria de esperar, o povo nas zonas libertadas de Moçambique tem as suas dúvidas quanto às intenções do novo regime português em África. Por exemplo, um aluno a quem perguntei se o general Spínola era um homem bom ou mau, respondeu: «É mau». Porquê? «Porque é um colonialista e os colonialistas são maus... para nós».

Milhares de crianças nasceram nas zonas libertadas ao longo dos dez anos de luta armada. Não conhecem outra situação que não seja a da luta armada, a das bombas da força aérea portuguesa, a dos ataques inimigos às povoações e às colheitas. Mas estas crianças — os conti-

nuadores — são, com a sua consciência política tão desenvolvida, a melhor garantia para um novo Moçambique no futuro.

Em comparação com o que tinha visto na minha visita à mesma região em 1968, o desenvolvimento e o progresso eram evidentes em toda a parte. Para as populações no norte de Moçambique não é necessário que o governo de Lisboa reconheça a independência. Já estabeleceram a sua própria independência — nas escolas, nos hospitais, nos mercados, na produção para consumo interno e para exportação, etc. . .

As armas que os guerrilheiros usavam em 1968 estão agora nas mãos das milícias populares, enquanto o exército da FRELIMO continua a desenvolver a luta armada com equipamento novo e mais eficiente. Quanto mais cedo o general Spínola aceitar a realidade de Moçambique melhor para ele e para os seus soldados.

A direcção da FRELIMO e, mais importante, o povo moçambicano nas zonas libertadas, estão preparados para uma guerra prolongada. Mas uma das observações que mais me impressionou foi a plena confiança que o povo deposita nos seus responsáveis, na sua capacidade para dirigir a luta nesta fase complicada, e para planear a independência de todo o Moçambique.

CAMINHEMOS NUMA LARGA FRENTE UNITÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A PAZ

Mensagem do Presidente da FRELIMO ao povo e militantes das zonas ocupadas, e aos soldados do exército português em Moçambique.

24 de Julho de 1974

Camaradas,
Moçambicanas e Moçambicanos,
Soldados portugueses amigos do Povo moçambicano,

Vivemos o momento exaltante e decisivo da nossa História em que a luta armada de libertação nacional, a resistência patriótica das massas unidas pela FRELIMO do Rovuma ao Maputo provoca o desmoronamento do regime colonial português.

A determinação inabalável do nosso povo e dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau conduziu à falência o regime colonial-fascista de Marcelo Caetano. Com legítimo orgulho do dever internacionalista de solidariedade cumprido, podemos afirmar que a nossa luta, o nosso sacrifício e sangue já contribuíram para libertar o Povo português nosso aliado, duma longa e abominável opressão.

Até nesta libertação dum outro Povo se manifesta a justeza da nossa linha política. O nosso combate pôde beneficiar os outros Povos porque sempre soubemos definir com correcção a natureza do inimigo e dos alvos, os objectivos e métodos da luta.

As vitórias da nossa guerra popular de libertação, aliadas à queda do regime fascista na metrópole colonial criaram condições para que nas zonas ocupadas as largas massas do nosso Povo exprimissem clara e públicamente a sua decisão de conquistarem o seu direito mais sagrado e inalienável: independência total e completa de Moçambique.

Face a esta situação o colonialismo intensifica as suas manobras. Revestindo uma fachada de democracia, que sempre combateu e combate, o colonialismo desesperadamente lança-se em novos e vazios jogos de palavras. Armandose em defensor do Povo que ele sempre oprimiu e oprime, o colonialismo tenta sem pudor disfarçar-se em defensor dos direitos das massas. Criador de divisões, fomentador do racismo, o colonialismo pretende ainda apresentar-se como promotor da coexistência e relações harmoniosas entre os diversos grupos linguísticos e racionais que compõem o nosso Povo. Derrotado numa das mais cruéis guerras coloniais, o colonialismo ousa ainda querer perguntar ao nosso Povo se deseja ser independente. Bárbaro agressor, responsável por massacres selvagens, criminoso de guerra, o colonialismo diz-se agora pacífico.

Em vão.

O Povo desmascara e rechaça as manobras. Unânimemente, moçambicanas e moçambicanos de todas as raças, grupos linguísticos, crenças religiosas e origens sociais, identificam-

se com a FRELIMO; rejeitam as manobras divisionistas dos grupos fantoches criados pelo inimigo; combatem intransigentemente as tentativas de perpetuar o colonialismo sob velhas e novas formas.

Nas plantações, nas fábricas, na estiva, nos caminhos de ferro, nas repartições, nas escolas, na universidade, nas comunidades religiosas, no seio do exército colonial, em todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo, em todos os sectores de trabalho, desenvolve-se impetuosa a luta do nosso Povo pela independência nacional, contra o colonialismo e a sua guerra de agressão.

A unidade do nosso Povo e a sua firmeza permitem que continuamente se alastre a nossa luta, libertando a terra e os homens da dominação inimiga.

Vemos assim na Província da Zambézia que, embora iniciada há menos de um mês, a luta cobriu já mais de um terço da Província, mobilizando no ímpeto libertador negros e brancos, irmanados na sua personalidade moçambicana e a decisão de conquistarem a independência da Pátria. Em poucas semanas mais de 5.000 patriotas se voluntariaram para ingressarem nas fileiras das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Moçambicanos de todas as raças, forçados a ingressarem no exército colonial, desertam em massa e utilizam as suas armas para defenderem os interesses populares.

Com profunda alegria o Povo moçambicano saúda a deserção na Província da Zambézia de mais de um milhar de soldados do exército colonial, na maioria pertencentes aos Grupos Especiais - GE e Grupos Especiais de Paraquedistas - GEP.

Estes nossos irmãos compreenderam que o colonialismo os queria transformar em agressores do seu Povo. Eles decidiram colocar-se ao lado das massas, manifestarem a sua personalidade de patriotas moçambicanos e combaterem pela liberdade.

Este despertar magnífico da consciência estende-se a todas as regiões do nosso país.

Embora sujeita à intoxicação da propaganda colonial-fascista, vítima de numerosas provocações cometidas pelos terroristas, submetida à influência nefasta duma Rodésia racista, a população branca de Vila Pery soube também descobrir a realidade e compreender a justeza do nosso combate e da nossa linha política.

Em Vila Pery, convencidos pelas nossas acções de que a FRELIMO é o verdadeiro defensor dos interesses de todos

os que vivem do trabalho honesto e querem construir um novo Moçambique, fazendeiros e madeireiros, encabeçados pelo Governador do Distrito, vieram encontrar os nossos combatentes, com o objectivo de transformarem o seu Distrito numa zona de paz.

A FRELIMO felicita a população branca de Vila Pery pela sua tomada de consciência, acto histórico promissor para o futuro da nossa Pátria e susceptível desde já de criar novas zonas de paz no nosso país.

A criação de zonas de paz significa a vitória do combate unitário do nosso Povo pela independência nacional, significa iniciar em mais uma região o processo de reconstrução nacional, de instauração do Poder Popular Democrático.

Para que esta paz se torne real na cidade de Vila Pery e nas zonas circunvizinhas, importa que as autoridades de facto administrativas e militares, sigam escrupulosamente as instruções que lhes serão dadas pelos dirigentes locais da FRELIMO, representantes legítimos da vontade e do Poder Popular.

Essencialmente essas instruções implicarão numa primeira fase a neutralização do exército colonial de ocupação, a permissão para os soldados moçambicanos de todas as raças de regressarem às suas casas ou de virem para as zonas libertadas, o desarmamento das milícias e forças privadas e a tomada de medidas enérgicas contra os grupos terroristas e agentes provocadores. Simultaneamente importará desenvolver-se o trabalho político de mobilização e organização das massas negras e brancas, para esclarecimento das consciências, para a descolonização mental colectiva e individual que a todos libertará dos complexos de superioridade e inferioridade, com vista à consolidação da unidade nacional instrumento fundamental para a conquista da nossa independência e força motriz do nosso desenvolvimento.

A posição da população de Vila Pery integra-se na larga corrente de transformação que se opera na nossa Pátria.



De todas as zonas ainda ocupadas pelo inimigo chegam-nos numerosas mensagens, abaixo-assinadas e cartas. Operários, camponeses, estudantes, empregados, funcionários de todos os escalões incluindo os mais elevados, agricultores, comerciantes, industriais, membros de profissões liberais, religiosos, organizações de toda a espécie, todos nos escrevem afirmando a sua adesão à FRELIMO, o repúdio das manobras colonialistas incluindo a de referendos e sublinhando a determinação em libertar a Pátria.

Particularmente significativas para a FRELIMO são as cartas enviadas por pessoas que, embora não naturais de Moçambique, se radicaram na nossa terra e, identificando-se ao nosso Povo, como moçambicanos querem edificar a nossa Pátria.

A todos saudamos e dizemos que a FRELIMO é do povo moçambicano e nas nossas fileiras há lugar e tarefas para cada moçambicana e moçambicano, para todos os que se querem afirmar como moçambicanos, incluindo os que não sendo naturais de Moçambique querem viver e construir o novo Moçambique.

De primordial importância no momento actual é a posição tomada pelos soldados engajados de força no exército colonial e numa guerra opressora.

Todos nos congratulamos com a atitude corajosa e patriótica de 2.000 soldados de Boane e do Quartel de Engenharia de Lourenço Marques. Declarando o seu apoio à FRELIMO e à independência total que significa a paz real soldados recusaram justamente serem enviados para zonas operacionais. É de salientar que nos dois quartéis esta atitude foi apoiada por numerosos militares portugueses.

Da mesma maneira os fuzileiros navais estacionados no Chire, na Província da Zambézia, recusaram serem engajados nas operações.

Esta atitude dos soldados em Boane, em Lourenço Marques e no Chire não é isolada.

Recebemos muitas mensagens de oficiais, incluindo do escalão superior, sargentos e praças do exército colonial em Moçambique, declarando o seu apoio à causa da independência moçambicana e informando-nos da sua recusa em participarem em acções contra o nosso Povo e combatentes. Mais recentemente, numa reunião no Quartel General de Nampula, um grande número de oficiais superiores presentes pronunciaram-se a favor do fim das operações contra o nosso Povo e combatentes.

O Povo moçambicano, os militantes e combatentes e o Comité Central da FRELIMO, saúdam a tomada de posição dos praças, sargentos e oficiais portugueses contra a guerra colonial, cancro que rói os nossos dois Povos.

Eles compreenderam que se encontravam engajados numa guerra injusta ao serviço de interesses sórdidos. Estes militares que diariamente na sua carne e consciência sofrem as consequências duma política criminosa, verificaram que o prolongamento inútil da guerra destina-se simplesmente a criar as bases dum sistema que perpetue a exploração do nosso Povo e riquezas pelas companhias monopolistas multinacionais e estrangeiras.

Estes praças, sargentos e oficiais que durante dez anos sofreram por interesses alheios ao Povo português souberam assumir os laços de amizade entre os nossos Povos e querem conduzir o seu exército a contribuir para a consolidação destes laços.

A estes nossos amigos dizemos que desde já é possível instaurarmos a paz, desde que seja reconhecido o nosso direito fundamental à independência.

Estas manifestações unânimes do Povo Moçambicano, dos soldados moçambicanos no exército colonial e agora dos próprios militares portugueses, demonstram-nos claramente que o prosseguimento da guerra é da responsabilidade exclusiva do governo colonialista português.

O governo de Lisboa recusa ainda aceitar a vontade clara do Povo moçambicano e do próprio exército português. Por isso até agora não reconhece o direito do Povo Moçambicano à sua independência completa e total, nem o princípio da transferência dos poderes que ainda exerce à FRELIMO, legítimo representante do Povo.

Esta obstinação é criminosa e contrária aos interesses comuns dos nossos Povos, e destina-se exclusivamente a retardar o fim da guerra e permitir, em conivência com os seqüezes do regime colonial-fascista, a instalação de terceiras forças fantoches a soldo do imperialismo.

As campanhas de provocações e terrorismo que se desenvolvem em vários pontos e nomeadamente nas cidades de Lourenço Marques e Beira, comprovam amplamente esta realidade.

Tal como durante os regimes de Salazar e Caetano, as

forças reacconárias portuguesas jogam com a vida dos filhos do Povo português no exército colonial, para salvaguardarem os seus interesses mesquinhos.

Neste contexto, recai uma responsabilidade particularmente grave sobre a nova administração colonial de Moçambique, encabeçada pelo Governador Soares de Melo.

Esta administração apenas representa e exprime os interesses estrangeiros, os interesses do colonialismo. A sua tolerância e colaboração com elementos fascistas e racistas, a sua passividade perante as provocações e crimes dos terroristas, a sua caução à agressão colonial, mostra definitivamente àqueles que ainda tinham ilusões que, conforme a FRELIMO declarou já, aquilo a que o Governo português chama de governo provisório, não é senão uma administração colonial.

O Povo moçambicano inteiro, unido do Rovuma ao Maputo, sob a bandeira da FRELIMO, quer a liberdade, a paz e a independência, que são inseparáveis.

O colonialismo português será abatido, o povo moçambicano vencerá.

Lançamos a palavra de ordem mobilizadora: CAMI-NHEMOS NUMA LARGA FRENTE UNITÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A PAZ.



Maria Lígia na FRELIMO.



A dominação colonial portuguesa foi sempre caracterizada pela violência e brutalidade. Foto da revista alemã 'Stern'.

No dia 11 de Junho de 1974, o representante da FRELIMO na Tanzânia, Camarada Joaquim Alberto Chissano, entregou ao senhor Nicolas de Rougemont, representante da Cruz Vermelha Internacional, uma criança de cinco anos de idade, chamada Maria Lígia Fernandes.

Em Fevereiro de 1974, no decurso de uma operação contra a guarnição inimiga em Chipembe, Cabo Delgado, ela foi salva pelas forças da FRELIMO. A criança esteve ao cuidado da Organização da Mulher Moçambicana e encontra-se de boa saúde.

Após termos contactado o Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), fizemos preparativos para ela ser devolvida aos pais na Beira, Moçambique, através daquela entidade.

Maria Lígia partiu para a Beira na companhia do senhor Rougemont, no dia 12 de Junho de 1974.

**25 DE SETEMBRO
DIA
DA REVOLUÇÃO
MOÇAMBICANA**



FRELIMO

1974